



n.1  
jan./mar.  
2017

# BOLETIM OPSA



# BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---

## Corpo Editorial

### Editora Executiva

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

### Editor Adjunto

Murilo Gomes da Costa

### Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima  
Leticia Pinheiro

### Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão  
Andrés Londoño Niño  
Diogo Ives de Quadros  
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves  
Leandro Wolpert dos Santos  
Leonardo Albarello Weber  
Marianna Restum Antonio de Albuquerque  
Marília Closs  
Murilo Gomes da Costa  
Nicolle Garcia Berti

## Observatório Político Sul-Americano

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Matriz, 82 - Botafogo  
Rio de Janeiro – RJ  
(21) 2266-8300

---

# Sumário

---

## EDITORIAL

**REGIONALISMO E EXCLUSÃO.....PÁGINA 04**

## ARTIGOS

**CRISE POLÍTICA NA VENEZUELA: MADURO E O “CHAVISMO SEM CHÁVEZ”.....PÁGINA 05**

**BOLÍVIA E CHILE: REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS SOBRE O LITÍGIO MARÍTIMO.....PÁGINA 08**

**UMA NOVA COLÔMBIA? OS DESAFIOS DE UMA PAZ EM CONSTRUÇÃO.....PÁGINA 12**

**MERCOSUL ENTRE O DILEMA DE UNIÃO ADUANEIRA OU ZONA DE LIVRE COMÉRCIO NA ATUALIDADE.....PÁGINA 15**

## MONITOR ELEITORAL

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO EQUADOR: UM PONTO FORA DA CURVA?.....PÁGINA 19**

# Editorial

## *Regionalismo e Exclusão*

Vivemos tempos sombrios no Brasil, na região e no mundo. Simplificando o argumento, vivemos um tempo de intolerância às diferenças de toda ordem e de propostas de exclusão dos diferentes. Neste cenário sombrio, cabe trazer à luz experiências pretéritas alternativas à lógica dominante no sistema de poder internacional. A ontologia da Guerra Fria era a oposição entre dois subsistemas distintos, Capitalismo e Socialismo. Neste contexto, a América Latina como área de influência norte-americana, sofreu com o reducionismo característico da bipolaridade Leste-Oeste. Iniciativas domésticas eram imediatamente percebidas no contexto da oposição entre o sistema capitalista e o socialista, gerando políticas intervencionistas de Washington, fosse para impedir reformas consideradas de viés socialista, fosse para mudar o regime político do país em foco.

Neste universo, propostas avançadas da Política Externa Independente (PEI), reunidas sob o conceito de coexistência, tal como formulado pelo então chanceler San Tiago Dantas, buscavam romper com a lógica da exclusão. Com base neste conceito, San Tiago reunia diferentes dimensões de ação internacional. A dimensão da paz e da convivência entre os dois subsistemas; a existência do socialismo como um indutor da democratização do capitalismo; e a universalização da PEI fosse no sentido de diversificar as relações internacionais do Brasil para além do hemisfério, fosse de impedir a exclusão do sistema interamericano de países de orientação socialista. Esta última dimensão foi a base de sustentação da defesa brasileira da permanência de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em certo sentido, o chanceler antecipava que uma política de fronteiras ideológicas, tal como seria implementada pelo regime militar instalado como o golpe de 1964, seria o caminho mais curto para a perda definitiva destes países para a esfera soviética.

O fim da Guerra Fria foi equivocadamente interpretado pelo mainstream acadêmico-intelectual como o fim da história, a vitória da ordem econômica e política liberais e o fim da lógica da exclusão. Não foi, entretanto, o que sucedeu com a hegemonia da globalização assimétrica que, ao reintroduzir a exclusão po-

lítica e socioeconômica de amplos segmentos sociais gerou, igualmente, no início do século XXI, uma reação ao status quo. No bojo destas transformações e impulsionados pelo boom das commodities, governos progressistas da América do Sul, eleitos na primeira década deste século, puseram em marcha um ciclo de mudanças caracterizado, grosso modo, por políticas externas de corte autonomista e políticas de inclusão social de amplas parcelas da população menos favorecida.

A dificuldade de aprofundamento deste ciclo progressista decorrente de pressões sistêmicas, iniciativas inadequadas à condução da crise, além de uma agressiva política orquestrada por setores conservadores vem ocasionando a mudança de signo político na região com a subida ao poder de governos neoliberais com propostas de reverter as conquistas políticas e sociais alcançadas na década anterior.

É neste novo contexto que o OPSA volta a publicar o seu Boletim trimestral dando conta de eventos e iniciativas contemporâneas que ilustram transformações em curso na região na direção acima mencionada. É este o caso do artigo sobre as propostas de mudança no Mercosul que podem implicar na transformação de suas características originais. Ademais, o retorno de propostas de exclusão de países das instâncias regionais está exemplificado na análise da crise venezuelana nas suas dimensões interna e externa; assim como o agravamento da polarização política e ideológica regional é tratado na análise das eleições presidenciais equatorianas. Finalmente, são analisadas a busca de uma nova inserção regional pela Colômbia e a reemergência do contencioso marítimo entre Bolívia e Chile na atualidade.

Neste cenário de crise em que se torna premente a elaboração de uma reflexão crítica sobre a região, queremos agradecer o compromisso e a dedicação dos pesquisadores do OPSA ao tornarem possível sua reinserção no debate público em curso.

Maio de 2017

**Maria Regina Soares de Lima  
& Leticia Pinheiro**



## Crise Política na Venezuela: Maduro e o “chavismo sem Chávez”

*Marianna Restum Albuquerque*  
*Pesquisadora Opsi*

### Introdução

O ano de 2017 vem sendo particularmente difícil para a estabilidade política venezuelana. O governo experimenta um contexto de divisão política, com poucas possibilidades de diálogo entre o governo e a oposição, além de ser alvo de críticas intensificadas sobre a inconstitucionalidade de atos de governo e demonstrações de repúdio à atuação do país em temas como direitos humanos e presos políticos. O objetivo do texto é pensar a crise política atual em um contexto mais amplo, não só interno à Venezuela, que remonta a chegada de Nicolás Maduro ao poder, mas também regional, com as vinculações entre os acontecimentos na Venezuela e o fim do ciclo progressista na América do Sul.

A principal hipótese a ser estudada é a de que o governo de Maduro já começou a combalidar ao apresentar-se como uma continuação do chavismo, mas sem dispor do carisma e da habilidade política do ex-presidente Hugo Chávez. Situação semelhante ocorreu no Brasil, guardadas as devidas particularidades, com a saída do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a crise política que se seguiu. Dessa forma, pretende-se analisar o processo de chegada de Maduro ao poder, a dificuldade de diálogo com a oposição, sobretudo durante o processo de convocação do referendo revogatório, e relacionar a progressiva perda de legitimidade de Maduro com o fim do ciclo progressista na região e a ascensão de governos com orientação e propostas de políticas neoliberais.

### A chegada de Maduro ao poder: o marco zero da crise

Para compreender os condicionantes da atual situação política na Venezuela, cabe fazer pequena digressão para analisar o momento no qual Maduro chegou ao poder. Na política, é sempre difícil suceder uma grande personalidade, pelo risco de comparação e pelas altas expectativas depositadas por aqueles que apoiavam o governante anterior. Dessa forma, Maduro já lançou sua candidatura sob a sombra do chavismo e com a responsabili-

dade de ser o sucessor de um presidente carismático, bem relacionado na região e cujo problema de saúde despertou a solidariedade da população. Chávez, apesar das críticas recebidas, logrou êxito em manter o peso do petróleo venezuelano no mercado mundial e foi um dos grandes incentivadores da integração da América do Sul, sobretudo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cuja proposta foi lançada por ele durante a I Cúpula Energética da América do Sul, em 2007.

Ao carisma de Chávez somou-se o contexto favorável, tanto doméstico quanto regional. No plano interno, o presidente conseguiu governar com maioria na Assembleia Nacional, o que facilitou a aprovação de propostas de sua autoria. O presidente também possuía legitimidade interna pelos altos índices obtidos nas disputas eleitorais, inclusive derrotando seu principal adversário, Henrique Capriles. No plano regional, o governo de Chávez também coincidiu com a liderança de outros presidentes com viés progressista na região. Apesar das diferentes propostas e objetivos, o diálogo entre Chávez e Lula da Silva (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Cristina Kirchner (Argentina) e Michelle Bachelet (Chile) era profícuo, fato que pode ser observado pela intensificação dos encontros e eventos regionais, assim como pela criação de organizações como a Unasul.

Em 5 de março de 2013, Hugo Chávez faleceu por problemas de saúde e, pouco após, foi iniciado o processo de sucessão. Nicolás Maduro foi lançado pelo Partido Socialista Unido da Venezuela como candidato da situação e com a plataforma de continuidade do chavismo. A análise feita por Flores<sup>1</sup> indica que desde o processo eleitoral que culminou com a vitória do candidato, em 2013, a vitória de Maduro foi contestada pela oposição.

Em primeiro lugar, o apoio político na arena doméstica logo mostrou evidências de deterioração em abril de 2013 com a apertada vitória eleitoral sobre o opositor Henrique Capriles, a quem Chávez havia derrotado por mais de 10 pontos percentuais apenas seis meses antes. A coalizão opositora tem se mostrado relativamente bem sucedida no seu esforço por se reposicionar como ator com opções reais de vitórias eleitorais de relevância. Assim como também, em 2014, ano que não teve nenhuma eleição programada, setores da oposição mais

<sup>1</sup> Flores, Fidel López. Processo decisório da política externa venezuelana: considerações sobre a era chavista. *Observador On-Line*, v.10, n.9, p.12, 2015.



mais radicalizados e adeptos da via insurrecional tiveram também relativo sucesso em recolocar nas ruas as vozes da contestação mais inflamada contra o chavismo (...) A desapareição física de Chávez, em conjunção com o declínio das chaves políticas e econômicas que abriram espaço para os grandes projetos e ressonantes discursos do período 2004 - 2011, deixaram o projeto bolivariano numa situação crítica.

A situação descrita acima indica que as contestações ao governo prolongaram-se pelo ano seguinte à eleição, e é possível dizer que se estendem até os dias de hoje. A atual instabilidade política no país e as contestações ao governo provenientes de diversas frentes devem ser entendidas como uma continuidade do processo de deslegitimação do governo Maduro e de polarização política iniciados logo após a eleição. Nesse sentido, a próxima sessão analisará dois temas recentes em que essa situação permanece evidente: a tentativa de convocação do referendo revocatório e o debate sobre a situação política do país em voga no âmbito na Organização dos Estados Americanos (OEA).

### **Referendo Revocatório e Ação da OEA: continuidade da crise**

Em abril de 2016, a oposição venezuelana, que havia conquistado maioria na Assembleia no ano anterior, deu início ao processo de convocação de um referendo revocatório para avaliar a opinião da população sobre a manutenção de Maduro como chefe de governo. Essa previsão está presente na Constituição de 1999, que autoriza a convocação do referendo a partir da metade do mandato de qualquer cargo eletivo. No mês em que Maduro chegou à metade de seu mandato, a oposição deu entrada no processo e acelerou os procedimentos pois, segundo a regra constitucional, se o referendo fosse feito até janeiro de 2017, seriam convocadas novas eleições. Caso fosse realizado após essa data, o vice-presidente assumiria, o que não era uma solução satisfatória para os opositores.

A oposição conseguiu cumprir a primeira parte do procedimento de recolhimento de assinaturas equivalente a 1% dos eleitores, mas o processo foi interrompido no momento da segunda fase, em era necessário o recolhimento da assinatura de 20% dos eleitores em um prazo de três dias. O processo foi suspenso pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) nesse segundo momento, após pedido

do Judiciário. Juízes dos tribunais regionais de Aragua, Carabobo, Monagas, Apure e Bolívar indicaram a possibilidade de fraudes na coleta de assinaturas da primeira fase e pediram o adiamento da convocação do referendo. A oposição, por sua vez, acusou o governo de obstrução de justiça e de demora injustificada para a validação das assinaturas da primeira fase. Essa disputa sobre a convocação do referendo gerou reações, com a realização de manifestações populares de ambos os lados, tanto os favoráveis à realização do referendo quanto os apoiadores do governo.

À medida que o mês de janeiro se aproximava, as críticas da oposição ficaram mais intensas e diversos países demonstravam preocupação com a deterioração do diálogo entre os partidos na Venezuela. Em setembro de 2016, após a decisão do Conselho Nacional Eleitoral, os chanceleres de Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Peru divulgaram comunicados questionando o procedimento e relacionando a crise política tanto com a crise econômica enfrentada pelo país, quanto com as suspeitas de violações de direitos humanos na Venezuela e de encarceramento de presos políticos. A crítica desses países sugere que o governo de Maduro perdeu apoio na região, a partir da mudança de orientação dos governos da região. Se na vigência dos governos de orientação progressista e de esquerda as questões eram decididas pacificamente e por meio do diálogo, visando impedir eventuais ingerências externas à região, o fim do ciclo progressista reativou a prática de críticas públicas, de demandas à exclusão do país dos órgãos regionais e de envio das questões para organismos multilaterais passíveis de aplicação de sanções.

Nesta direção, cabe observar que a maior parte dos membros do Mercosul emitiu comunidade oficial questionando o processo do referendo, o que poderia gerar suspensão da Venezuela do bloco, com base na cláusula democrática do bloco, o Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998. A situação parece ainda mais grave quando se leva em consideração que um uruguaio, país que também faz parte do bloco, foi um dos responsáveis por levar a situação da Venezuela para debate em outra organização do sistema interamericano. O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, convocou o Conselho Permanente da organização para debater uma possível ruptura na ordem democrática do país. Em abril, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela assumiu as funções da Assembleia após o parlamento empossar candidatos que estavam com



candidaturas impugnadas pelo Judiciário. Esse fato somou-se à crise política e às contestações da legitimidade de Maduro e foram qualificadas por Almagro como um “auto-golpe”. A OEA, que conta com uma Carta Democrática, também poderia propor a suspensão da Venezuela do órgão caso seja considerado que houve ruptura da ordem.

O governo da Venezuela, por sua vez, defende-se das acusações alegando que, durante o processo de convocação do referendo, a suspeita de fraude é motivo regulamentado para pedir a suspensão do andamento. Em relação a situação do Judiciário e do Legislativo, o governo de Maduro devolveu os poderes para a Assembleia no dia seguinte, não sem antes defender que a medida também está baseada na necessidade do parlamento observar as decisões da justiça quanto à posse de candidatos. Sobre os debates na OEA, o governo venezuelano considera que há uma conjugação de forças para depor Maduro o que constitui uma interferência nos assuntos internos do país e uma violação do princípio da não intervenção, princípio caro à tradição jurídico-política latino-americana.

### **Considerações Finais**

O texto pretendeu fazer uma análise da atual situação política da Venezuela, ampliando o escopo de análise para entender o contexto atual como uma continuidade das contestações que se instauraram logo após a morte de Chávez e a eleição de Maduro, assim como inserir o debate em uma perspectiva regional. Os casos do referendo revocatório e da relação entre Judiciário e Legislativo levada à OEA indicam que o governo Maduro carece de legitimidade por parte da oposição e da falta de apoio de alguns de seus pares no continente, em função da mudança de signo político com a ascensão de governos de orientação neoliberal. Apesar disso, o governo mantém uma base aliada sólida e um número considerável de apoiadores na sociedade civil, o que faz com que análises simplistas sobre o assunto não levem em conta a dinâmica complexa de relações domésticas e regionais que perpassam a instabilidade institucional do presente momento.



## Bolívia e Chile: Reflexões geopolíticas sobre o litígio marítimo

**Murilo Gomes da Costa**  
Pesquisador Opsi

### Introdução

Os países sul-americanos de língua espanhola têm na gênese de sua formação estreitas relações, desde similaridades linguísticas, na construção de suas identidades, até seus processos de luta pela independência da metrópole espanhola, chegando também, às tensões advindas da conformação de um Estado territorial próprio, o que gerou no imaginário das sociedades e elites governantes, os problemas advindos das disputas territoriais e eventuais perdas de territórios em conflitos bélicos. No momento posterior à emancipação colonial desses países, vastas extensões territoriais ainda não estavam definidas, seja por uma baixa importância estratégica, seja por acreditarem ser essas fronteiras extremamente artificiais, o que manteve aberta a possibilidade de disputas futuras sobre essas áreas, gerando diversas contendas internacionais.

A Guerra do Pacífico foi um acontecimento que deu força ao litígio nas relações diplomáticas e geopolíticas da Bolívia e do Chile, visto que o conflito gerou uma questão de soberania territorial e definição de limites de difícil encaminhamento nos anos posteriores. Tendo sido iniciado em 1879, este conflito deu ao Chile, em menos de cinco anos, toda a região que corresponde hoje ao norte do país, território que anteriormente era dividido entre o Peru e a Bolívia. O conflito teve primordialmente motivações econômicas, por um maior acesso aos recursos estratégicos encontrados na região. No entanto, com a vitória chilena, neste conflito, a Bolívia perdeu a sua soberania territorial, numa região de acesso direto ao mar, além de seus portos.

Desde então, a Bolívia tenta reverter essa situação de enclausuramento territorial em que vive desde a Guerra do Pacífico de 1879. Nesse marco, a Convenção do Direito do Mar de 1982, assim como uma série de acordos bilaterais com o Chile e o Peru, outorgaram à Bolívia direitos universais e especiais, ambos referentes ao seu acesso livre ao mar.

Por parte do Chile, seus representantes diplomáticos, em diferentes momentos, tendem a tratar o litígio como um assunto estrita-

mente bilateral e que não deveria ser debatido em outras instâncias, como a regional ou a internacional. Argumentam ainda, com frequência, que as questões territoriais pendentes entre Chile e Bolívia, referentes aos assuntos fronteiriços e de acesso ao mar, foram definitivamente sanadas no ano de 1904, com o Tratado de Paz, Amizade e Comércio, que fixou de maneira perpétua as fronteiras dos países. Além disso, argumentam que a Bolívia possui privilégios em diversos portos chilenos, e que essa situação já outorga ao estado boliviano um acesso ao mar, ainda que sem soberania plena.

### Guerra do Pacífico e os impactos geopolíticos na região

A Guerra do Pacífico (1879-1883) foi um dos maiores conflitos bélicos sul-americanos, que envolveu o Chile e a aliança Peru-Bolívia, tendo esses países disputado a hegemonia política e econômica no deserto do Atacama, rico em reservas de nitrato. A guerra foi vencida pelo Chile, que anexou o litoral boliviano e duas províncias peruanas. Os territórios anexados pelo Chile, ricos em nitrato, foram ativos importantes, e favoreceram o desenvolvimento econômico chileno até as primeiras décadas do século XX<sup>1</sup>.

Esta guerra teve certa importância para a construção do ambiente geopolítico da América do Sul, visto que além de demarcar os limites territoriais entre Peru, Bolívia e Chile, ressaltou o quão determinante é a localização de recursos naturais e estratégicos em uma determinada região, e como eles influenciam as relações entre os diversos Estados, motivando inclusive o uso da força para garantir um maior poder econômico<sup>2</sup>.

No entanto, o país mais impactado pelo conflito, em termos estratégicos, foi a Bolívia com mais uma diminuição do seu território. Neste caso, em particular, o impacto foi ainda maior por ter perdido uma região de acesso ao Oceano Pacífico, além de perder a possibilidade de exploração de uma variedade importante de recursos estratégicos, tanto em terra, como no mar.

1 Canaveze, Rafael. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2010.

2 SQUEFF, Tatiana. Por um olhar geopolítico às disputas territoriais na América Latina. A geopolitical approach to the territorial disputes in Latin America. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 7, n. 13, 2016.





Mapa 01: Perdas territoriais bolivianas (1867–1938)



Fonte: Library of Congress Country Study on Bolivia (2010)

Com isso, de todas as perdas territoriais sofridas pelo país, a do litoral se destacou sempre na memória coletiva boliviana como seu maior trauma nacional, com fortes implicações econômicas e simbólicas. Um exemplo da dimensão desse impacto está na criação do feriado nacional do dia 23 de março, em que se celebra o Dia do Mar em recordação à perda de seu acesso direto ao mar<sup>4</sup>.

### A disputa vai ao Tribunal de Haia

Diante da permanente recusa das autoridades chilenas em negociar uma solução pacífica para dar fim ao litígio, na questão do acesso ao mar para a Bolívia, o governo boliviano decidiu levar às instâncias internacionais, uma reclamação formal, registrada na Corte Internacional de Justiça, em Haia. No dia 24 de abril de 2013, o governo boliviano apresentou a sua demanda contra o Chile, sem fazer menções ao Tratado de Paz e de Amizade de 1904, tendo como embasamento as suas pretensões na força vinculante de diversos atos e em vários pronunciamentos externados pelo

3 Library of Congress Country Study on Bolivia. Territorial loss map of Bolivia. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map\\_Bolivia\\_territorial\\_loss-en.svg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_Bolivia_territorial_loss-en.svg?uselang=pt-br)>. 2010. Acesso em: 15/04/2017.

4 Cunha Filho, Clayton Mendonça. “Um País de Contatos”: a política exterior boliviana entre Haia e a integração regional. *Observador On-Line*, v.10, n.8, 2015.

Chile sobre a necessidade de se dialogar a respeito da restituição de uma saída para o Oceano Pacífico à Bolívia, em sucessivos períodos históricos, atribuindo valor jurídico a essas promessas<sup>5</sup>.

Já em 17 de abril de 2014, a Bolívia apresentou suas memórias, em arquivos e documentos, perante Haia. O presidente Evo Morales e a sua equipe criaram em 05 de abril de 2011, o plano Diremar, com apoio de historiadores, juristas e especialistas, para montar a demanda que foi apresentada no Tribunal de Haia. Antes de fazer a proposta definitiva, o governo boliviano se preocupou em fazer pesquisas com a população, para saber qual seria a impressão, causada por sua administração, caso apresentassem tal demanda. Como houve uma avaliação favorável, Morales deu continuidade ao pedido, junto à CIJ<sup>6</sup>.

As autoridades chilenas, no entanto, têm reagido às posições diplomáticas bolivianas, fazendo críticas a cada uma dessas iniciativas. Argumentam fundamentalmente que a Bolívia ignora o Tratado de Paz, Amizade e Comércio, assinado em 1904, que já teria definido essa pendência territorial, não havendo mais espaço para reivindicações. Além disso, as autoridades também reagem negativamente a cada declaração de apoio internacional recebida em prol da Bolívia, como foi o caso do apoio do Papa Francisco, do governo peruano, dos estados-membros da ALBA, e até mesmo da chanceler alemã Angela Merkel<sup>7</sup>.

### O litígio e as implicações atuais

É importante ressaltar como o litígio marítimo, proveniente da demanda boliviana, frente à Corte Internacional de Justiça (CIJ), na questão do acesso ao mar, repercute com frequência nas relações diplomáticas da região.

Em 14 de junho de 2016, durante a 46ª Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), o chanceler David Choquehuanca reafirmou a demanda por uma saída soberana ao oceano Pacífico, para a Bo-

5 Valério, Marco Aurélio Gumieri. Dia do mar: a Guerra do Salitre e a disputa da Bolívia contra o Chile por uma saída soberana para o Oceano Pacífico. *Cadernos de Direito Actual*, n. 3, p. 163-172, 2015.

6 Fillippi, Eduardo Ernesto. Charão, Carla Capim. Chile e Bolívia e o conflito para alcançar o oceano: Guerra do Pacífico e mudanças nas relações entre os dois países. *Revista Conjuntura Austral*. v.6, n. 27-28, 2015.

7 Cunha Filho, Clayton Mendonça. “Um País de Contatos”: a política exterior boliviana entre Haia e a integração regional. *Observador On-Line*, v.10, n.08, 2015.



lívica, assegurando que o governo boliviano tinha plena confiança que a decisão de Haia lhe seria favorável, e conclamou apoio dos países presentes na Assembleia, em prol da demanda boliviana<sup>8</sup>.

Em momento mais recente, no primeiro trimestre de 2017, foi emitida uma declaração<sup>9</sup> dos Estados membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), para apoiar a iniciativa boliviana, conclamando uma solução pacífica. Durante a 14ª Cúpula da ALBA, na Venezuela, em 5 de março de 2017, os países expressaram sua solidariedade “com a reivindicação justa e histórica do Estado Plurinacional da Bolívia, sobre seu direito a uma saída ao mar, com soberania”, e convocaram os dois países, Chile e Bolívia, para que, por meio de um viés pacífico e de diálogo, realizem uma negociação com soluções satisfatórias, acerca da demanda marítima. A reação chilena foi dura, tendo o chanceler Heraldo Muñoz, se referido à ALBA como eixo do “socialismo do século XXI”, marginalizando o organismo como irrelevante, sendo apenas uma declaração marginal<sup>10</sup>.

Em meio às disputas em relação ao acesso ao mar e ao jogo diplomático regional, uma outra questão de tensão entre os dois países sul-americanos reapareceu. A disputa advém da questão das águas do rio Silala, que gera uma tensão hídrica entre as duas nações, e que passou a ter um novo ponto de embate a partir da petição chilena à Corte Internacional de Justiça em busca da declaração do rio Silala como curso de água internacional. A demanda, realizada no segundo semestre de 2016, surgiu como uma resposta ao pedido boliviano, diante da mesma instituição, em busca de uma compensação pela utilização das águas do rio, pelo Chile, em razão de um suposto desvio artificial do curso, que teria sido direcionado para o território chileno. Pelo contexto em que a questão surgiu, parece bastante possível vinculá-la à tensão provocada pelas disputas na questão do acesso ao mar por meio da região de Antofagasta<sup>11</sup>.

8 Los Tiempos. Bolivia ratifica en la OEA su demanda por un acceso soberano al mar, 14/06/2016. Disponível em: <<http://www.lostiempos.com/actualidad/nacional/20160614/bolivia-ratifica-oea-su-demanda-acceso-soberano-al-mar>>. Acesso: 15/04/2017.

9 ALBA. Declaración Especial en Solidaridad con Bolivia, 05/03/2017. Disponível em: <<http://goo.gl/apPqJG>>.

10 Nodal, 2017. Disponível em: <<http://www.nodal.am/2017/03/canciller-apoyo-del-alba-bolivia-una-declaracion-marginal-organismo-irrelevante/>>;

Essa questão, ainda que pareça ser um problema menor, também chegou à Haia, com o pedido formal do Chile à CIJ, em 6 de junho de 2016, com a declaração de que o rio Silala deve ser definido juridicamente como um curso de água internacional, além de conceder a aplicabilidade do direito internacional consuetudinário ao sistema do rio Silala<sup>12</sup>. Por parte da Bolívia, Morales em discurso no dia 23 de março de 2017, reafirmou que irá preparar nova ação legal junto à CIJ, visto que a Bolívia quer reafirmar a sua assertiva em relação aos desvios artificiais de curso do Rio Silala, sem os devidos pagamentos de compensações ao governo boliviano<sup>13</sup>.

## Considerações Finais

Diante do exposto, é possível compreender a dimensão e os impactos que um conflito regional histórico e não solucionado, pode causar, gerando uma intensa rivalidade que perdura até os dias de hoje e que interfere nas relações diplomáticas, econômicas, além de ter causado forte impacto no imaginário coletivo das elites políticas e das sociedades dos dois países. Também importa ressaltar, que foi a partir da Guerra do Pacífico que se pode notar com mais força a importância geopolítica do espaço que compreende o norte do Chile, visto que se ele não fosse economicamente importante, haja vista a descoberta do guano e do salitre, não teria originado esse jogo de forças para o domínio da região e, por consequência, gerado uma série de impasses, que permanecem até hoje<sup>14</sup>.

El País, 2017. Disponível em: <<http://www.elpaisonline.com/index.php/2013-01-15-14-16-26/nacional/item/247311-morales-alba-aboga-por-dialogo-entre-chile-y-bolivia>> e Cooperativa, 2017. Disponível em: <<http://www.cooperativa.cl/noticias/pais/relaciones-exteriores/bolivia/canciller-minimizo-irrelevante-apoyo-de-alba-a-bolivia-es-una/2017-03-08/164654.html>>. Acesso em: 15/04/2017.

11 Queiroz, Arthur Gustavo Saboya de. Disputas territoriais na América do Sul: análise crítica do acesso ao mar para a Bolívia. Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, v. 14, n. 27 -28, 2015.

12 Dispute Over the Status and Use of the Waters of the Silala - Chile v. Bolivia, 2016. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/index.php?p1=3&p2=1&case=162>>. Acesso em: 15/04/2017.

13 EFE. Bolivia says it's preparing new legal action against Chile, 23/03/2017. Disponível em: <<http://www.efe.com/efe/english/world/bolivia-says-it-s-preparing-new-legal-action-against-chile/50000262-3217047>>. Acesso em: 15/04/2017.

14 Squeff, Tatiana. Por um olhar geopolítico às

Além disso, os argumentos de ambos os envolvidos parecem irreconciliáveis, visto que o Chile considera as suas ofertas de facilidades como suficientes, enquanto a Bolívia deseja uma cessão territorial, que seria bastante traumática, mesmo que fosse realizada por via de um acerto entre os dois países. Com isso, o problema central do litígio mostra-se concentrado na questão da cessão de soberania territorial.

As perspectivas de resolução do problema, portanto, não são positivas. O acordo parece possível apenas por intermédio de um diálogo mais amplo, pois o tema é sensível em ambos países e apenas uma decisão jurídica internacional, não parece ser capaz de pôr fim a pontos de vista tão consolidados na cultura política do Chile e da Bolívia. Porém, importa frisar que a ampliação do litígio para uma guerra é uma possibilidade bastante remota. No entanto, ambos os países perdem, sobretudo economicamente, com as tensões advindas desse conflito não resolvido. Dando-se conta da dimensão dessas perdas, encontrar um caminho viável de diálogo seria uma maneira de não comprometer a união e a integração no continente.

---

disputas territoriais na América Latina. A geopolitical approach to the territorial disputes in Latin America. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 7, n. 13, 2016.



## Uma nova Colômbia? Os desafios de uma paz em construção

**Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves**  
Pesquisadora Opsi

### Introdução

Após algumas tentativas fracassadas de conciliação<sup>1</sup>, o governo colombiano, sob gestão do atual presidente, Juan Manuel Santos, iniciou em 2012 mais uma tentativa de estabelecer um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Passados quatro anos de entendimentos, o acordo de paz foi firmado em 26 de setembro de 2016, contando com mediação de Cuba, Venezuela e Noruega. Em busca da legitimação das negociações, este acordo foi sujeito à plebiscito no dia 02 de outubro, sendo rejeitado por 50,2% dos eleitores<sup>2</sup>. O governo colombiano voltou à mesa de negociações com as Farc, em Havana, no dia 12 de novembro, em busca da sua revisão e da incorporação de demandas feitas por diferentes setores da sociedade, sobretudo dos que votaram “Não” no plebiscito. Com cerca de 80% das reivindicações incorporadas, o acordo foi submetido à aprovação do Congresso, sendo aprovado no dia 24 de novembro. Sua implementação teve início em 1º de dezembro de 2016.

Em meio a estas discussões, o presidente Santos foi indicado ao prêmio Nobel da Paz pelos esforços de reconciliação no país. Na mesma época, o governo anunciou que começaria as negociações com outro grupo, o Exército de Libertação Nacional (ELN), mas a data prevista para o início do diálogo foi suspensa até que a guerrilha libertasse o ex-congressista, Odín Sanchez. Após liberação de Sánchez e de seis tentativas frustradas de estabelecimento de um acordo, deu-se início no dia 07 de fevereiro às negociações de paz entre as partes, em Quito, no Equador.

1 As iniciativas anteriores de negociação foram La Uribe, entre 1982 e 1985, Caracas, em 1991, Tlaxcala, em 1992, e San Vicente del Caguán, entre 1999 e 2002.  
2 Governo da Colômbia. Plebiscito 02 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://plebiscito.registraduria.gov.co>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

3 Houve tentativa de estabelecer um diálogo nos governos de Alfonso López Michelsen (1974), Belisario Betancur (1982), César Gaviria (1992), Ernesto Samper (1994), Andrés Pastrana (1998) y Álvaro Uribe (2002).

Este artigo tem como objetivo analisar os primeiros passos da implementação do acordo de paz com as Farc e o início do diálogo com o ELN, destacando os principais desafios que a Colômbia vem enfrentando durante este período de reconstrução da paz. Por fim, destaca-se as consequências da estabilização do país para a América do Sul.

### O acordo com as Farc e os primeiros passos para a implementação

Após a aprovação do acordo de paz, o governo colombiano e as Farc deram início à sua implementação. Como era de se esperar, a implementação não seria fácil, ainda mais no contexto político atual da Colômbia, marcado pelo início das alianças e preparação para as próximas eleições presidenciais de 2018, pela falta de consenso político sobre o acordo de paz – que teve “Não” como maioria em plebiscito em sua primeira versão – e pelos escândalos de corrupção que envolvem o governo e a Odebrecht.

O principal eixo do acordo com as Farc é a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), uma reforma constitucional que cria um novo sistema de justiça para julgar casos de guerrilheiros, militares e civis que tiveram responsabilidades no conflito armado e estiveram envolvidos em crimes graves como sequestro, desaparecimento forçado e violência sexual. O projeto da JEP, bastante complexo, começou a tramitar no Congresso em janeiro de 2017 no mecanismo de fast track, cujo objetivo é dar celeridade ao processo. No entanto, apesar do fast track ter sido eficiente para a aprovação da Lei de Anistia a membros das Farc em dezembro de 2016, o mesmo não ocorreu com relação à JEP. Os debates foram muito mais difíceis do que o previsto pelo governo e a criação do sistema contou com forte oposição do Centro Democrático. Após muita discussão e negociação política, a aprovação ocorreu em 13 de março, com 61 votos a favor e 2 contra. A JEP está formada por três mecanismos, Comissão de Verdade, Unidade de Busca de Pessoas dadas por Desaparecidas e Jurisdição Especial para a Paz. No momento atual, iniciaram-se as discussões sobre a implementação destes mecanismos.

Enquanto a JEP tramitava no Congresso Nacional, o governo colombiano lançou o Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS) em parceria com as Farc, iniciativa relacionada à implementação do acordo de paz. Este programa tem como objetivo substituir 50.000 hectares

de cultivo ilícito no primeiro ano. No entanto, em fevereiro o governo aprovou um decreto que permite a Polícia realizar a erradicação forçada de cultivos de uso ilícito, o que não foi debatido em Havana, gerando críticas e tensões.

Um avanço relevante na implementação do acordo foi o início do desarmamento das Farc. No dia 1º de março, cerca de 7.000 membros do grupo, que haviam se trasladado aos pontos de concentração para entrega das armas, chamados Zonas Veredales (zonas transitórias de normalização), iniciaram o processo de entrega de armas. Contudo, dificuldades logísticas para mobilização dos ex-combatentes e atrasos na construção dos dormitórios impuseram dificuldades. Entretanto, a missão da Organização das Nações Unidas (ONU), o governo colombiano e as Farc, que integram o Mecanismo de Monitoramento e Verificação, comprometeram-se a manter o cronograma de desarmamento D+ 180 (que significa 180 dias para entrega de armas), cujo fim está previsto para o final de maio. A expectativa é que sejam entregues 30% das armas do grupo. O Mecanismo divulgou no dia 10 de abril que a identificação e o registro das armas foi finalizado e que a ONU tem em seu poder 144 armas das cerca de 7.000 esperadas.

Em abril, o governo reforçou seu empenho em garantir o avanço da construção e adequação das áreas comuns e dos serviços básicos das Zonas Veredales dentro do prazo acordado. A esse respeito, divulgou que começou a ser estudada a possibilidade de prorrogar a existência das zonas, que ganhariam uma nova forma jurídica e um novo nome, convertendo-se em centros de capacitação para a reincorporação dos ex-guerrilheiros, e não apenas um local de transição para a vida civil. Contudo, reforçou que a mudança só se efetivará quando o cronograma D+ 180 for cumprido.

Em março, outra importante iniciativa teve início. As Farc iniciaram o processo de entrega de menores recrutados pelo grupo. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha acompanhou o processo que terá continuidade até a reintegração de todos os menores à vida civil, processo que conta com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização Internacional de Migrações (OIM) e da Secretaria Presidencial para os Direitos Humanos. De acordo com a imprensa colombiana, ainda não se sabe ao certo o número total de menores nas Farc.

Para dar impulso à implementação do acordo e discutir o que foi feito nos primeiros

meses, foi realizado um conclave de paz, em Cartagena, no dia 26 de março. Na ocasião, o presidente Santos e seu gabinete de pós-conflito reuniram-se com o Secretariado das Farc e seu líder, Rodrigo Londóño (Timochenko). O resultado do encontro foi a renovação dos compromissos que as partes têm a cumprir.

Com efeito, o acordo de paz tem tido importantes avanços, mas as dificuldades para sua operacionalização são inúmeras, relacionadas à sua abrangência e à sua complexidade em um contexto político adverso, marcado pela baixa popularidade de Santos, por denúncias de corrupção e por acirrada disputa política em que os partidos desejam vincular suas campanhas ao cenário pós-conflito.

### **O diálogo com o ELN e a difícil negociação**

No ensejo da implementação do acordo de paz com as Farc, deu-se início ao diálogo entre o governo e o ELN, segundo maior grupo de guerrilheiros do país, com cerca de 1.500 combatentes. As negociações tiveram início no dia 07 de fevereiro, no Equador, e foram acompanhadas por observadores de seis países: Venezuela, Equador, Cuba, Chile, Brasil e Noruega.

A imprensa colombiana destacou as diferenças entre as negociações estabelecidas com o ELN e com as Farc. Por exemplo, enquanto os diálogos exploratórios com as Farc ocorreram secretamente e duraram cerca de 8 meses, com o ELN foram acompanhados pela opinião pública e duraram cerca de dois anos. Outra diferença significativa é com relação à prática de sequestro, pois as Farc proibiram o uso do sequestro antes do estabelecimento do diálogo formal com o governo e o ELN até hoje não renunciou a esta prática, o que constitui um grande obstáculo às negociações.

Mais uma questão que dificulta a negociação é o cessar-fogo bilateral. O ELN reivindica o cessar-fogo, mas as partes ainda não chegaram a um consenso. A própria estratégia de sequestro é percebida como uma forma de pressionar o governo a um cessar-fogo, como deseja o grupo. O uso de atentados também. Inclusive, no dia 17 de fevereiro, houve um ataque a policiais em La Macarena, que resultou na morte de um policial e de 25 feridos. O ELN assumiu a autoria do ato e reiterou ao governo a urgência de chegarem a um armistício. Por sua vez, Juan Camilo Restrepo, chefe da equipe negociadora do governo, criticou a ação do grupo, afirmando que o cessar-fogo só ocorrerá quando o ELN compreender que é necessário diminuir o conflito e não o



intensificar.

Apesar desse início conturbado, após quase 2 meses de diálogo o governo colombiano e o ELN divulgaram, no dia 06 de abril, o resultado do primeiro ciclo de negociação da Mesa de Diálogos de Paz. As partes anunciaram que desenvolverão um programa piloto para retirada de minas terrestres e que chegaram a um marco de referência sobre ações humanitárias com o objetivo de proteger as pessoas não combatentes e a população civil dos efeitos do conflito armado. A esse respeito, o ELN aderiu ao Direito Internacional Humanitário.

O governo colombiano e o ELN também divulgaram que o próximo ciclo de diálogo se iniciará em 03 de maio e que continuarão discutindo a participação da sociedade para a construção da paz e as ações humanitárias. Restrepo, afirmou que o cessar-fogo será também um tema de extrema importância na agenda, pois precisam diminuir a violência.

Como se pode perceber, o início do diálogo com o ELN tem se mostrado um grande desafio. O tímido avanço das negociações neste primeiro ciclo, a falta de confiança no governo Santos para avançar a agenda no cenário atual e a postura mais radical do ELN dificultam a crença no sucesso deste novo diálogo. Porém, o fim deste primeiro ciclo de negociações e a existência de uma agenda consolidada de discussão renovam as expectativas de um possível maior dinamismo na construção da paz.

## Considerações finais

Apesar das dificuldades destacadas, a Colômbia vem passando por uma importante fase de transição de um cenário de conflito e isolamento regional para uma etapa pós-conflito e de maior inserção na região. Historicamente, é atribuída ao país uma baixa identidade regional, uma imagem vinculada à subordinação aos EUA e ao afastamento da América do Sul<sup>4</sup>. A implementação do acordo de paz com as Farc e o diálogo com o ELN, aliados ao novo discurso do governo, de superação da militarização e da securitização da política exterior, podem trazer mudanças significativas para a Colômbia e para a região.

A expectativa é que com o fim definitivo da guerra civil no país, o cenário pós-conflito reflita uma nova Colômbia, estável e mais integrada à vizinhança, com maior engajamento em instituições<sup>5</sup>. Também se espera que a menor preocupação com questões afetas à segurança permita que o país amplie sua cooperação com os vizinhos em outras áreas. A

esse respeito, Pastrana e Vera<sup>6</sup> argumentam que a Colômbia deve promover no pós-conflito iniciativas que fomentem a confiança e a cooperação. Assim, ao invés de securitizar suas fronteiras, o país deve fortalecer os canais institucionais, desenvolver ações conjuntas para mitigar as vulnerabilidades e reforçar os programas de desenvolvimento e integração na região.

Em resumo, a paz na Colômbia traz boas perspectivas para o país e para a América do Sul, devolvendo ao convívio regional um vizinho importante e com grande potencial econômico e político, que pode servir como um exemplo de que é possível adotar políticas alternativas, ao invés de uma política repressiva, na resolução dos problemas. O caminho para a paz ainda é longo e os desafios para sua construção são grandes, mas os primeiros passos, essenciais para o processo, estão sendo dados com determinação.

4 Tickner, Arlene. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. *Colombia Internacional*, n.65, jan-jun, 2007.

5 Borda, Sandra. Política exterior de la administración Santos: un liderazgo de vía media para Colombia. In: Borda, Sandra; Floriano, Fábio; Moy, Valeria; Pallares, Maria; Ayuso, Anna. *Liderazgos regionales emergentes en América Latina: Consecuencias para las relaciones con la Unión Europea*. Barcelona: Barcelona Centre for International Affairs CIDOB, nov, 2014.

6 Pastrana, Eduardo; Vera, Diego. Política exterior colombiana, conflicto y posconflicto: algunas herramientas teórico-conceptuales para su análisis. In: Pastrana, Eduardo; Gehring, Hubert (eds). *Política exterior colombiana: escenarios y desafíos en el posconflicto*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana; Fundación Konrad Adenauer, 2016



## Mercosul entre o dilema de União Aduaneira ou Zona de Livre Comércio na atualidade

*Nicolle Berti*  
Pesquisadora Opsi

### Introdução

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) – inicialmente composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, firmado através do Tratado de Assunção em 1991, passou a vigorar a partir de 1995 quando teve as suas prerrogativas internalizadas nos ordenamentos jurídicos pertinentes a cada país integrante do bloco. A ideia inicial era a de uma zona de livre comércio que permitisse a facilitação da circulação de bens e serviços entre os quatro países e, conseqüentemente, um desenvolvimento econômico sustentável na região. O Artigo 1º. do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, estabelecia que a composição do bloco objetivava a consolidação de um mercado comum entre os Estados partes implicando na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos além de estabelecer uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial igualitária em relação a outros Estados<sup>1</sup>.

Apesar da intenção de criar um mercado comum, com a aprovação por parte dos países membros do Cronograma de “Las Leñas”, mediante a decisão do Conselho de Mercado Comum (CMC) de estabelecer as diretrizes para alcançar a união aduaneira em 1995, o bloco apenas logrou alcançar a etapa de integração econômica de zona de livre comércio sem integração produtiva, pois o processo de união aduaneira foi obstaculizado pela divergência nas regulações comerciais regionais e pela dificuldade de adoção de uma TEC<sup>2</sup>. Eram muitos os fatores de entrave para estabelecer a convergência necessária para o

atingimento da união aduaneira do bloco, como as posturas nacionalistas dos governos, as exceções criadas pelas listas de importação, a falta de regulamentação da livre circulação de pessoas, bens e capitais, a falta de internalização do Código Aduaneiro do Mercosul (CAM) por todos os países componentes do bloco, as exceções à TEC e as listas crescentes de mercadorias com necessidade de licenciamento prévio de importação.

Frente a impossibilidade de avançar efetivamente na estruturação de um mercado comum se realizou nos anos 2000 o relançamento do Mercosul, mediante a decisão 22 do CMC, que estabelecia prazos e aspectos sobre o aprofundamento da integração com o objetivo de consolidar a união aduaneira e melhorar as condições de livre circulação de pessoas, bens, serviços e fatores produtivos, assim como a incorporação de uma normativa comum e um mecanismo de solução de controvérsias<sup>3</sup>. De modo que desde a sua entrada em vigência em 1995 até meados de 2003 quando se publicou o Documento de Estratégia Regional<sup>4</sup>, se havia progredido muito pouco para alcançar a realização de uma união aduaneira e um mercado comum estruturado entre os países da região.

### O desafio da construção do Mercado Comum do Sul

A partir de 2003, com a ascensão de governos progressistas no Cone Sul e a incorporação de um novo país membro (a Venezuela em 2004), o Mercosul obteve alguns avanços na via da realização dessa estratégia e criou alguns elementos com vistas à formação de um mercado comum.

Na Cimeira de Montevideu de 2003, o bloco adotou um programa de trabalho para 2004-2006 com objetivos e alcances variados entre os quais se destacam temas sociais e institucionais<sup>5</sup>, cujo principal objetivo consistia em elaborar um roteiro para a realização da união aduaneira e do mercado comum, incluindo diretrizes para outras áreas, que vão desde a coordenação macroeconômica aos assuntos internos como fatores produtivos e infraestrutura. A Cimeira de Córdoba de 2006, também criou um grupo de trabalho de alto nível para elaborar um novo Código Aduaneiro Comum, que foi aprovado pelos países membros na

1 Mercosul. Tratado de Assunção, 1991, p.1. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado\\_de\\_Assuncao.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao.pdf)>. Acesso em: 25/04/2017.

2 Mas o Mercosul é caracterizado como uma união aduaneira imperfeita em função das divergências entre os países no que tange ao seu ordenamento jurídico e à tarifa externa comum. Apesar da criação da Tarifa Externa Comum (TEC) e a adoção de políticas externas comuns em relação a terceiros, em muitos aspectos este projeto ainda não se consolidou. Bens e serviços ainda encontram várias barreiras para cruzar as fronteiras.

3 Mercosur, Informe del Mercosur. n. 16, 2011.

4 Mercosur/XXV CMC/DI N° 10/03 Recomendación del FCES N° 1/03 Programa para la Consolidación de la Unión Aduanera y para el Lanzamiento del Mercado



Cúpula de San Juan na Argentina, em 2010. Em agosto do mesmo ano mediante a decisão CMC N.17/10 os Estados partes aprovaram a criação do Documento Único Aduaneiro Mercosul (DUAM), cujo o propósito era integrar as regulações e operações aduaneiras como passo indispensável para harmonizar os procedimentos de gestão da União Aduaneira e servir de instrumento para gerar informações e administrar o controle e a análise de risco, e assim facilitar o intercâmbio de informações entre os países, bem como promover a livre circulação dos bens e serviços dos Estados partes<sup>6</sup>. Em dezembro do mesmo ano, os países subscreveram um Programa de Consolidação de União Aduaneira, no qual se estabelece no Artigo 1º da decisão CMC N56/10, matéria sobre 21 temas relevantes para alcançá-la<sup>7</sup>. Ademais se conformou um Estatuto de Cidadania, cujos os objetivos eram ampliar e consolidar um conjunto de direitos básicos e benefícios para todos os cidadãos dos Estados membros do Mercosul, que visava permitir a livre circulação de pessoas, bens e serviços entre os países integrantes.

Embora tenha-se avançado na construção de marcos regulatórios e diretrizes para a estruturação de um mercado comum no Mercosul ao longo dos 26 anos de vigência do Tratado de Assunção, há muitos objetivos e metas que ainda não foram alcançados, e compromissos pactuados que ainda não foram cumpridos pelos Estados partes. De modo que restam muitos desafios a serem superados no âmbito da aplicação desses regulamentos nas legislações dos países. Como a situação atual do bloco depende sobremaneira de diversas iniciativas governamentais pendentes, não restam dúvidas que o Mercosul enfrentará uma nova etapa, ditada, uma vez mais, pelas mudanças nos governos de seus países membros. O novo ciclo político sul-americano aponta para um panorama complexo para o bloco.

Común "Objetivo 2004-2006".

5 Mercosul. Grupo Mercado Comum. ATA N° 03/04, 2004. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/SM/.../GMC/.../GMC\\_2004\\_ATA03-Corr1\\_PT.doc](http://www.mercosur.int/msweb/SM/.../GMC/.../GMC_2004_ATA03-Corr1_PT.doc)>. Acesso em: 25/04/2017.

6 Mercosur, Informe del Mercosur n. 17, 2012.

7 Dentre os temas figuram: coordenação macroeconômica; política automotriz comum; incentivos; defesa comercial; integração produtiva; eliminação da dupla cobrança de tarifa externa comum e distribuição da renda aduaneira; simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros intrabloco; revisão integral da consistência, dispersão e estrutura da tarifa externa comum; coordenação em matéria sanitária e fitossanitária; fortalecimento de mecanismos para a superação das assimetrias. Mercosul, Decisão CMC 56/10, 2010.

## Mercosul frente o novo ciclo político sul-americano

A chegada ao poder de Mauricio Macri na Argentina e Horacio Cartes no Paraguai, somada a destituição de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer, e a crise política na Venezuela, implicam em importantes transformações no contexto regional sul-americano atual. Esse novo ciclo político gera incertezas com relação ao destino das negociações no Mercosul, e vem se manifestando num redirecionamento da política regional que aponta para uma nova definição de agenda do Mercosul, em conformidade com as orientações neoliberais dos governos Macri, Cartes e Temer. Tais governos vêm buscando promover a flexibilização do bloco, coordenando ações para impulsionar o livre comércio, com vistas a estabelecer uma política de abertura comercial para fortalecer as relações econômicas do Mercosul e torná-lo mais atrativo à investimentos externos.

Há um entendimento comum entre os Estados parte do Mercosul sobre remover as "barreiras" dentro do bloco e avançar na negociação de acordos de livre comércio com outros blocos e países. Assim, as autoridades vêm emitindo declarações a favor da maior abertura econômica do bloco para "destravar" o comércio na região, demonstrando-se dispostas a flexibilizar a condição de união aduaneira do Mercosul, de forma a permitir que cada um de seus integrantes possa celebrar acordos comerciais com outras nações sem que haja necessidade de decisão unânime de todos os sócios. Atualmente, qualquer negociação dessa natureza deve ser feita com a participação de todos os países membros, exceto da Venezuela que como país suspenso não pode tomar parte dessas decisões.

Nesse sentido, o presidente paraguaio Horacio Cartes advogou em uma reunião com autoridades argentinas no último mês de março, que o Mercosul retome seus objetivos fundamentais de integração econômica e comercial e que, para lograr esse objetivo, dever-se-ia revisar internamente os acordos de integração do bloco, que vêm se constituindo como barreiras ao comércio dos países<sup>8</sup>. A chanceler argentina Susana Malcorra também declarou recentemente que o objetivo do Mercosul deve

8 La Nación. Presidente Paraguayo propone volver a la esencia del Mercosur, 17/03/2017. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.py/politica\\_edicion\\_impresa/2017/03/17/paraguay-propone-volver-a-la-esencia-del-mercursos/](http://www.lanacion.com.py/politica_edicion_impresa/2017/03/17/paraguay-propone-volver-a-la-esencia-del-mercursos/)> Acesso em: 25/04/2017.



ser reforçar o compromisso com o livre comércio e o multilateralismo<sup>9</sup>. Paralelamente, em entrevista, o chanceler uruguaio Rodolfo Nin Novoa afirmou que é preciso continuar trabalhando para solidificar o Mercosul como zona de livre comércio e que não se sentia constrangido, como outrora, em falar sobre o Tratado de Livre Comércio (TLC) que o governo uruguaio vem tentando celebrar com a China<sup>10</sup>. Vale ressaltar que a flexibilização do Mercosul também foi o tema da visita presidencial de Mauricio Macri ao Brasil em março deste ano<sup>11</sup>, e que o assunto foi tratado inclusive entre o presidente uruguaio Tabaré Vázquez e o presidente brasileiro na Assembleia da Nações Unidas, em Nova York, em 2016<sup>12</sup>.

Nessa mesma direção, os poderes executivos e os ministros de relações exteriores dos dois maiores sócios do Mercosul, Argentina e Brasil, vêm trabalhando juntos sobre uma agenda bilateral através da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, criada em 2016 com a mudança de governo em ambos países<sup>13</sup>, com o objetivo de acelerar o processo de integração do Mercosul com os países da Aliança do Pacífico (Chile, México, Colômbia e Peru). As partes vêm trabalhando também em prol de negociações com a União Europeia (UE) para um acordo de livre comércio e buscando a aproximação com países que integram a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) – Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

9 El Observador. El nuevo contexto regional facilita el acercamiento, 15/04/2017. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/el-nuevo-contexto-regional-facilita-el-acercamiento-n1058228>>. Acesso em 25/04/2017.

10 El Observador. Entrevista a Adolfo Nin Novoa, 24/01/2016. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/naturalmente-que-no-estabamos-preparados-recibir-los-presos-guantanamo-n1012928>>. Acesso em: 25/04/2017.

11 La Nación. Macri y Temer aspiran a relanzar la relación bilateral y el Mercosur, 05/02/2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1981902-macri-y-temer-aspiran-a-relanzar-la-relacion-bilateral-y-el-mercursosur>>. Acesso em: 25/04/2017

12 Folha de S.Paulo. Brasil e Uruguai se reúnem e buscam plano para flexibilizar Mercosul, 21/09/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/09/1815308-brasil-e-uruguai-se-reunem-e-buscam-plano-para-flexibilizar-mercursosul.shtml>>. Acesso em: 25/04/2017.

13 Telam. Argentina y Brasil apuestan a fortalecer el Mercosur como plataforma al mundo, 31/01/2017. Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/notas/201701/178321-argentina-y-brasil-buscan-acelerar-la-integracion-para-abrir-al-mercursosur-a-otros-mercados.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

A negociação entre o Mercosul e Aliança do Pacífico, que antes pareceria improvável devido a divergência entre o caráter distinto de blocos, já obteve uma primeira reunião técnica entre os países para avançar em matéria de cooperação e abertura comercial, realizada em março deste ano, em Buenos Aires. Nesta ocasião, estavam presentes chanceleres e ministros dos países integrantes dos blocos, os quais acordaram linhas de trabalho e a iniciativa da realização do “Seminário Mercosul – Aliança do Pacífico: Uma agenda positiva para a integração”, previsto para acontecer ainda no primeiro semestre de 2017, na cidade de Buenos Aires<sup>14</sup>.

Outro importante acordo de livre comércio que está sendo retomado pelo Mercosul é com a União Europeia. Tal acordo vem sendo adiado há 15 anos e passa atualmente por rodadas de negociação. Nos dias 20 a 24 de março, ocorreu em Buenos Aires a XXVII Rodada de Negociações Birregionais entre UE e Mercosul e os grupos de negociação concentraram-se em torno dos temas relativos a comércio de bens, comércio de serviços, compras públicas, alfândegas e facilitação do comércio, propriedade intelectual. A próxima reunião das delegações da UE e do Mercosul acontecerá em julho, em Bruxelas, mas as equipes de trabalho da parte comercial se reunirão em maio, em Buenos Aires. Não obstante, organizações civis dos países membros que fizeram a campanha contra a ALCA no Cone Sul, veem esse acordo com grande preocupação, afirmando que o TLC é nocivo para os países sul-americanos. As recentes greves das centrais sindicais na Argentina se opunham ao acordo e indicavam que ele poderia vir a comprometer o conjunto das economias sul-americanas, pois não contemplava as disparidades entre as economias dos países do Mercosul e da UE<sup>15</sup>.

Outro sinal de uma mudança na postura do bloco sul-americano é a confirmação da abertura de negociações comerciais com os países da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA). Em janeiro deste ano, o Mercosul e a

14 La Nación. Reunión Mercosur-Alianza del Pacífico: “Estamos en sintonía para avanzar en la integración regional”, 07/04/2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/2006453-susana-malcorra-se-reunio-con-el-canciller-chileno-para-potenciar-la-relacion-mercursosur-alianza-del-pacifico>>. Acesso em: 25/04/2017.

15 Clarín. La CTA adhiere al paro general del 6 de abril y se moviliza la semana que viene, 20/03/2017. Disponível em: <[https://www.clarin.com/politica/cta-confirma-hara-paros-solos-cgt\\_0\\_Hk3enqpil.html](https://www.clarin.com/politica/cta-confirma-hara-paros-solos-cgt_0_Hk3enqpil.html)>. Acesso em: 20/03/2017.



Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), estabeleceram um diálogo exploratório e as negociações preliminares para um acordo de livre comércio .

### **Considerações Finais**

Em suma, a execução dos compromissos de integração no Mercosul, tem representado uma estratégia dos países de se inserir como bloco nos processos econômicos mundiais, sendo um instrumento efetivo para fortalecer, criar ou projetar vínculos econômicos, políticos e comerciais intrabloco, e com outros países e blocos. No entanto, como se pode observar o cumprimento desses acordos tem sido muito flexível e vinte oito anos depois de sua criação os avanços no Mercosul em matéria de união aduaneira ainda são tímidos, frente aos desafios de se alcançar uma integração nos marcos de um mercado comum. Devido ao compromisso dos Estados partes com os acordos do bloco serem influenciados pelas diversas conjunturas políticas e comerciais do cenário regional e internacional, e a despeito dos esforços realizados desde a criação do Mercosul por seus membros e manifestos em diversos programas, decisões e resoluções, os interesses das agendas internas acabam prevalecendo na definição e execução de políticas comerciais dos sócios do bloco, como se assiste na atualidade. No novo ciclo político na região, o Mercosul corre o risco de abdicar de suas ambições originais, no sentido seja de impulsionar a integração intra-regional, seja de servir como instrumento de defesa e projeção dos interesses autônomos dos países que o compõem.

---

16 Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Mercosul e EFTA concluem negociações preliminares para acordo de livre comércio, 19/01/2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/noticias/2261-Marcos-Pereira-Lanca-negociacoes-de-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-efta>>. Acesso em: 25/04/2017.



## Monitor Eleitoral

### Eleições presidenciais no Equador: um ponto fora da curva?

**Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves**  
Pesquisadora Opsi

#### Introdução

No dia 02 de abril de 2017, mais de 12 milhões de equatorianos foram convocados para ir às urnas decidir nas eleições do segundo turno quem ocuparia o cargo de presidente da República. Apesar da disputa acirrada, que polarizou o país entre a direita, representada pelo candidato Guillermo Lasso da aliança do partido Criando Oportunidades (CREO) com o Movimento Sociedade Unida Mais Ação (SUMA), e a esquerda, representada pelo candidato Lenín Moreno do partido da situação Aliança País, o resultado foi favorável ao atual governo. Moreno foi eleito presidente com 51,16% dos votos contra 48,84% de Lasso.

O caminho até a vitória de Moreno não foi fácil. A campanha eleitoral começou em janeiro de 2017 e foi marcada pela disputa entre oito candidatos pela presidência, além das eleições para vice-presidente, Assembleia Geral e Parlamento Andino, que ocorreram no dia 19 de fevereiro. Apesar de debates calorosos, acusações de corrupção e de manipulação de resultados, o processo eleitoral atingiu seus objetivos. Contudo, a pequena diferença de votos (2,32%) e a onda conservadora que emergiu nos últimos anos na América do Sul – como apontaram as eleições de Horacio Cartes, em 2013, no Paraguai, de Mauricio Macri, em 2015, na Argentina, de Pedro Pablo Kuczynski, em 2016, no Peru, e a assunção de Michel Temer à presidência do Brasil, após impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 – indicam alguns dos obstáculos que o novo mandatário terá que lidar no âmbito doméstico e regional.

Este breve artigo, apresenta as eleições presidenciais no Equador, destacando os aspectos centrais do primeiro e do segundo turno, e o que podemos esperar com a eleição de Moreno em termos regionais.

1 CNE, 2017. Disponível em: <<https://cne.gob.ec/>>. Acesso em: 19/04/2017.

### Sobre o primeiro turno: oito candidatos entre promessas e ataques

Em 03 de janeiro de 2017 teve início a campanha eleitoral para a presidência no Equador, em um contexto econômico e político conturbado, marcado pela alta do dólar, pela queda do preço do petróleo, recurso vital para a economia equatoriana, e por inúmeras denúncias de corrupção contra o atual governo, envolvendo operações da Petroecuador, empresa estatal de petróleo, e supostos subornos da Odebrecht, empreiteira brasileira envolvida em casos de corrupção na região.

No início não se sabia qual seria a preferência do eleitorado, pois o percentual de indecisos era grande, mas supunha-se que as eleições seriam definidas no segundo turno, o que não ocorria no país desde 2006. Entre os oito candidatos à presidência, as pesquisas de opinião apontavam a preferência por Lenín Moreno (Aliança País), Guillermo Lasso (CREO-SUMA) e Cynthia Viteri (Partido Social Cristão). Os demais candidatos, Paco Moncayo (Esquerda Democrática), Patricio Zuquilanda (Partido Sociedade Patritótica), Iván Espinel (Movimento Força Compromisso Social), Abdalá Bucaram (Movimento Força Equador) e Washington Pesántez (União Equatoriana) apareciam nas pesquisas de opinião com a minoria das intenções de voto.

Ao longo de 45 dias, os candidatos fizeram suas campanhas eleitorais entre promessas e ataques. A rivalidade foi grande no primeiro turno, especialmente entre Viteri e Lasso, que disputavam o segundo lugar nas intenções de voto. Mas, foi o candidato do partido governista, Lenín Moreno, o maior alvo dos candidatos. Moreno teve sua campanha presidencial associada aos escândalos de suposta corrupção na estatal Petroecuador, visto que seu candidato a vice-presidente, Jorge Glas, teve seu nome citado em denúncias por Carlos Pareja Yannuzelli, ex-ministro de Hidrocarbonetos de Rafael Correa. O atual presidente saiu em defesa do governo e da candidatura de Moreno, argumentando que as acusações faziam parte de uma estratégia da oposição para deslegitimar seu governo, visto que temia a eleição de Moreno.

O fato foi que os escândalos de corrupção ganharam espaço nos meios de comunicação, reduzindo a atenção às propostas dos candidatos sobre economia, emprego, programas sociais, educação, saúde e outras questões. Como elemento transversal nas propostas políticas dos oito candidatos apareciam as sugestões de como combater a corrupção no



país. As redes sociais foram bastante utilizadas pelos presidentiáveis e também pelo atual mandatário, Rafael Correa, para fazer campanha, acusações e defesas durante o primeiro turno.

No dia 19 de fevereiro foram realizadas as eleições para presidente, vice-presidente, Assembleia Geral e Parlamento Andino, contando com observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). No dia 27 de fevereiro, o Conselho Nacional Eleitoral divulgou oficialmente o resultado das eleições, nas quais Moreno obteve 39,36% dos votos e Lasso 28,09%. Cynthia Viteri obteve 16,32% dos votos; seguida de Paco Moncayo, com 6,71%; Abdalá Bucaram com 4,82%; Iván Espinel com 3,18%; Patricio Zuquilanda com 0,77% e Washington Pesántez com 0,75%<sup>2</sup>. No Equador, o sistema eleitoral prevê segundo turno se nenhum dos candidatos consegue maioria absoluta ou se o mais votado não consegue 40% dos votos com uma margem de ao menos 10 pontos percentuais de vantagem em relação ao segundo candidato.

As eleições para os deputados da Assembleia Nacional confirmaram a vitória do partido Aliança País, que garantiu maioria absoluta no próximo período legislativo. O partido também obteve a maioria dos votos nas eleições para o Parlamento Andino, com 3 parlamentares eleitos entre os 5. No dia 19 de fevereiro, junto com as eleições, também foi realizada uma consulta popular sobre paraísos fiscais, baseada na proposta do partido governista de proibir que indivíduos com propriedades e dinheiro em países considerados paraísos fiscais concorram em eleições ou tornem-se servidores públicos. A proposta foi aprovada com 55,12% dos votos<sup>3</sup>.

Com a confirmação de que haveria segundo turno no país, os presidentiáveis retomaram suas articulações para o segundo turno

### **Rumo ao segundo turno: polarização à esquerda e à direita**

O segundo turno das eleições presidenciais no Equador confirmou a tendência em voga na América do Sul: a polarização à esquerda e à direita do espectro político. Enquanto Moreno representava a continuidade da linha política inaugurada por Correa no Equador, fundamentada em uma agenda progressista que predominou na América do Sul no início

do século XXI, Lasso representava a ala de centro-direita que está emergindo nos países sul-americanos desde 2013. Assim, o segundo turno das eleições presidenciais no Equador colocou à prova a tendência conservadora na região.

Os meios de comunicação destacavam os diferentes perfis dos candidatos. À esquerda, Moreno, ex vice-presidente de Correa, ex-enviado especial da Organização das Nações Unidas para deficiência e acessibilidade. O candidato, cadeirante após ter perdido a mobilidade das pernas em um assalto em 1998, teve importante papel como vice-presidente ao organizar o programa Missão Manuela Espejo, que melhorou a qualidade de vida de portadores de necessidades especiais no Equador. Como vice-presidente, Moreno contava com Jorge Glas, que buscava a reeleição de seu cargo e era alvo de escândalos de suposta corrupção na estatal Petroecuador. À direita, Lasso, acionista do Banco de Guayaquil (um dos maiores bancos do país), Ministro da Economia do governo de Jamil Mahuad, ex-governador de Guayas e ex-embaixador nos EUA. Como candidato à vice-presidência, Lasso contava com Andrés Páez, deputado pela província de Pichincha.

Enquanto a candidatura de Moreno precisava lidar com o desgaste de 10 anos de Aliança País e com as inúmeras denúncias de corrupção, que se tornaram alvo da oposição, Lasso precisava se desvencilhar da crise bancária que ocorreu no país, no ano de 1999, enquanto era Ministro da Economia, utilizada como parte da campanha de Moreno, que o indicava como um dos responsáveis pela crise.

No dia 10 de março foi iniciada, oficialmente, a campanha eleitoral para o segundo turno. Os candidatos lançaram-se à consolidação de alianças. Lasso priorizou alianças com os partidos de oposição, obtendo apoio do Partido Social Cristão, do Movimento Força Equador e do Partido Sociedade Patriótica. O Centro Democrático, manifestou seu apoio ao candidato da Aliança País, bem como o Coletivo Social Democracia que reúne diversas agrupações políticas, como o partido Avança. A frente de esquerda, composta pela Esquerda Democrática, Pachakutik e Unidade Popular se posicionou contra a candidatura de Moreno. Enquanto a Esquerda Democrática não apoiou Lasso, os outros dois se manifestaram a favor.

Em meio à construção de alianças políticas, Moreno e Lasso defenderam suas propostas de campanha. As posições dos candidatos eram diferentes na maioria dos temas, refletindo a

2 CNE, 2017. Disponível em: <<https://cne.gob.ec/>>.

3 CNE, 2017. Disponível em: <<https://cne.gob.ec/>>.

Acesso em: 18/04/2017.



polarização política do país. A principal diferença relacionava-se ao papel do Estado na economia, pois enquanto Moreno defendeu um Estado forte, que siga participando das áreas estratégicas da economia, Lasso propôs uma maior abertura econômica e um Estado menos intervencionista. Outro elemento que dividiu os presidencialistas foi o gasto público. O candidato da Aliança País defendeu que não haveria cortes de gastos em serviços públicos, enquanto o candidato do CREO-SUMA era favorável à austeridade fiscal para reduzir os gastos considerados supérfluos, exceto em áreas sociais.

As propostas também foram diferentes no que tange à abertura da economia equatoriana. Moreno concordou ser necessário atrair mais investimentos para o país, porém defendeu fazer isto através de medidas pactuadas com o setor produtivo, ofertando seguros e créditos para a exportação, além de infraestrutura para melhorar o sistema logístico. Defendeu eliminar as salvaguardas e entrar em acordos econômicos, desde que beneficiem o país. Lasso também defendeu eliminar as salvaguardas e propôs aumentar as cotas de importação, além de privilegiar acordos com os EUA, a China, o Japão e os países da Aliança do Pacífico. Os presidencialistas concordaram ser necessário reestruturar a administração da dívida pública equatoriana, que chegou a 27,3% do Produto Interno Bruto (PIB), porém enquanto Moreno propôs utilizar a liquidez do Banco Central do Equador (BCE), Lasso defendeu criar uma Comissão da Dívida Pública para avaliá-la e promover uma reforma legal para aplicar um modelo fiscal sustentável. As posições também foram diferentes no que tange aos setores de mineração e petróleo e no que diz respeito aos projetos sociais.

Embora no começo do segundo turno a consultoria equatoriana Cedatos, tenha divulgado que Lasso aparecia como primeira opção de voto, com 52,1% de intenção de voto frente a 47,9% de Moreno<sup>4</sup>, a maior parte das pesquisas de opinião, realizadas ao longo do mês de março, deram vantagem ao candidato da situação, embora com uma pequena margem. No dia 02 de abril, data da eleição do segundo turno, as pesquisas de boca de urna apontaram para resultados opostos, porém o resulta-

do das eleições comprovou a maior parte das pesquisas de opinião: Lenín Moreno foi eleito com 51,15% dos votos<sup>5</sup>.

O resultado oficial foi divulgado no dia 10 de abril. Contudo, a oposição questionou a apuração, manifestando nas ruas e solicitando a recontagem da totalidade dos votos pelo Conselho Nacional Eleitoral. Várias organizações políticas se manifestaram a favor da solicitação. No entanto, o Conselho Nacional Eleitoral aprovou a recontagem de apenas 1,2 milhões de votos, em sua maioria das províncias de Pichincha, Guayas e Manabí, que possuem grande peso eleitoral pela quantidade de população. A decisão do Conselho desagradou o binômio Lasso-Paéz que entrou com recurso no Tribunal Contencioso Eleitoral, que negou a apelação pela recontagem total dos votos. O partido Aliança País também impugnou algumas apurações.

Os cerca de 1,2 milhões de votos foram recontados pelo Conselho Nacional Eleitoral no dia 18 de abril. Com a recontagem dos votos, Moreno ampliou sua vantagem em um percentual mínimo (0,01%) e o resultado final foi proclamado: Lenín Moreno foi confirmado presidente da República com 51,16% dos votos frente a 48,84% de Guillermo Lasso<sup>6</sup>. A oposição se manifestou contra a apuração parcial dos votos e Lasso fez um pronunciamento oficial acusando o governo de fraude nas eleições<sup>7</sup>.

### Considerações finais

Diferentemente do contexto econômico favorável que marcou uma boa parte do governo de Correa, com a alta do preço do petróleo, injetando dinheiro na economia equatoriana, Moreno terá que lidar com um cenário econômico desfavorável, de queda do preço do petróleo, elevada dívida pública, aumento de gastos públicos, taxas crescentes de desemprego. Ademais, seu governo se inicia em um momento de grande polarização política, sendo necessário recuperar a confiança de diversos setores.

5 CNE, 2017. Disponível em: <<https://cne.gob.ec/>>. Acesso em: 18/04/2017.

6 CNE, 2017. Disponível em: <<https://cne.gob.ec/>>. Acesso em: 19/04/2017.

7 Para ler o discurso de Guillermo Lasso na íntegra, acessar o site: <<http://www.elcomercio.com/uploads/files/2017/04/19/Discurso%20Guillermo%20Lasso%2019-04-2017%20-1-.pdf>>.

4 El Mercurio. Lasso aventaja por 4 puntos a Moreno en sondeo de segunda vuelta, 26/02/2017. Disponível em: <<http://www.elmercurio.com.ec/592179-lasso-av-ja-por-4-puntos-a-moreno-en-sondeo-de-segunda-vuelta/>>. Acesso em: 18/04/2017.



A pequena margem de votos que lhe garantiu a vitória no segundo turno, bem como a demanda de parte da população pela recontagem dos votos, aponta para a necessidade de ampliar sua base de apoio na sociedade. Alguns jornais apontam que Moreno tem um perfil mais conciliador e menos temperamental que Correa, o que facilitaria articulações políticas em âmbito doméstico. Com efeito, além de um perfil conciliatório, a sua capacidade de implementar programas de campanha, lidar com a crise econômica e com a corrupção no país, atrair investimentos e gerar empregos será imprescindível para acalmar os ânimos da oposição, garantir estabilidade institucional (essencial neste momento) e ganhar a confiança dos equatorianos, que sentem os desgastes da gestão de Correa.

Além dos desafios no plano interno, Moreno também terá que lidar com um contexto regional diferente, marcado pela ascensão de governos neoliberais. A política externa do novo governo já está sendo preparada por María Fernanda Espinosa, sua atual assessora, cujo nome já foi confirmado para o Ministério das Relações Exteriores. A imprensa destacou que já estão sendo planejadas visitas do novo presidente a países latino-americanos com a intenção de aprofundar a cooperação bilateral. O critério para as visitas são as atuais relações políticas e a proximidade geográfica. Considerando que Moreno compartilha do projeto político de Correa, continuará apoiando a Venezuela na região, sobretudo neste momento de crise, mantendo uma próxima relação com Nicolás Maduro. Também manterá a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) como o projeto prioritário de integração regional, com foco nas políticas sociais, em detrimento de projetos com foco no comércio, como a Aliança do Pacífico, opção identificada por Lasso. A política externa provavelmente será marcada por continuidade, sem grandes inovações.

A partir do exposto, conclui-se que diante de um quadro de crise nos projetos progressistas na América do Sul, dos escândalos de corrupção e das dificuldades econômicas que assolam o governo equatoriano, as eleições presidenciais comprovaram que o Equador foi um ponto fora da curva na região em um contexto de emergência de uma onda conservadora. Resta aguardar as próximas eleições que ocorrerão durante este ano na vizinhança, as eleições presidenciais no Chile e legislativas na Argentina, para identificar para qual lado caminhará a atual polarização: à direita ou à esquerda.

